

«Só no fluxo do pensamento e da vida as palavras têm significado.»

(Ludwig Wittgenstein, *Fichas*, 173)

1. Introdução

Se o conceito de significado é um conceito caro aos filósofos da linguagem tal não parece ser no entanto o caso com o conceito de comunicação. Pretende-se neste trabalho explorar a relação entre os conceitos atrás referidos tendo como base os trabalhos de John Searle e Paul Grice. É a intenção para comunicar necessária para o desempenho de um acto ilocutório? De acordo com os textos de Searle posteriores a *Speech Acts* (1969) tal não é o caso. O objectivo parece ser a especificação de uma intenção significativa de forma independente de uma intenção para comunicar. A intenção relevante para o significado é a intenção de representação. No entanto para Grice, e independentemente das diferentes reformulações por si enunciadas, o conceito de “comunicação”, ou pelo menos a racionalidade que lhe é subjacente, nunca poderá ser iludida aquando da elucidação do conceito de significado de um locutor.

2. Algumas delimitações

O falar de “significado” no âmbito de uma disciplina filosófica, a filosofia da linguagem, obriga-me a recortar de forma clara o contexto desta abordagem. Interessarmo-nos pelo significado porque nos preocupamos com a comunicação é com certeza diferente de nos interessarmos sobre o que é o significado, se uma análise deste conceito é ou não possível, ou sobre qual a relação entre a verdade e o significado sendo aqui a ordem das palavras claramente relevante, mesmo que esse não seja mais do que um mero aspecto pragmático. Aceitando em traços gerais uma distinção recorrente na literatura, no que a uma compreensão da linguagem se refere,

entre teorias formais do significado e teorias do “uso”, direi que o meu contexto é claramente o segundo.

As preocupações que caracterizam a abordagem semântica formal, teorias formais do significado, centram-se essencialmente na elucidação de como é que o significado de uma frase é determinado pelo significado dos elementos que a constituem, a partir de um conjunto limitado de elementos semânticos primitivos, o utilizador pode perceber e construir uma variedade potencialmente infinita de frases, de como é que o significado dos constituintes de uma frase é determinado pela sua contribuição para o significado de qualquer frase em que ocorra, qual a estrutura e quais as inter-relações lógicas entre as frases no modo indicativo.

Se durante a primeira parte do século XX estas teorias se caracterizaram por uma preocupação estrita com a linguagem de forma independente do seu uso, hoje tal já não é o caso. Hoje também estas teorias tomam em consideração os locutores. Mas a sua preocupação primeira, dir-se-ia o seu core central, continua ser a semântica, a elucidação do significado das frases em sentido estrito. Todas as outras questões são relegadas para um outro nível, o nível da pragmática. Por outro lado, as preocupações que caracterizam as teorias do uso, colocam toda a ênfase das suas abordagens no papel dos locutores para uma elucidação do significado. Nas palavras de Strawson, que designou estas teorias como teorias comunicativo-intencionalistas, os teóricos do uso aceitam o que os teóricos formais negam: que as regras semânticas e sintácticas para a compreensão da linguagem só podem ser compreendidas no contexto de actos de comunicação. Como sabemos, quando se fala de teorias do “uso” estamos-nos em primeiro lugar a referir aos trabalhos do Wittgenstein pós-*Tratado* mas também, e diríamos mesmo que sob a designação de teorias comunicati-

va-intencionalistas essencialmente aos trabalhos de Austin, Grice, e John Searle.

3. Intenção de representação e intenção comunicativa

É a partir da discussão do conceito griceano de significado do locutor (*speaker meaning*) enquanto proposto por Grice em “Meaning” (1957) que Searle tenta apresentar uma análise de um acto ilocutório que exprima a conexão entre o que um locutor significa e o que as palavras que ele enuncia significam. Cingir-me-ei a apresentar, sem discussão, embora não a considere de todo pacífica, a interpretação que Searle faz do artigo supracitado. Searle levanta as seguintes objecções (cf. 1965, 1969):

a) Grice falha na elucidação dos diferentes efeitos que um locutor pode pretender produzir num alocutor. Grice confunde na sua elucidação do conceito de significado do locutor os efeitos ilocutórios (*illocutionary effects*) com os efeitos perlocutórios (*perlocutionary effects*) – os efeitos sobre as acções, pensamentos, crenças dos “alocutores” que excedem o efeito ilocutório por excelência, o da compreensão. Produzir um acto pelo qual se possa dizer significar alguma coisa é uma questão de desempenhar um acto ilocutório e não um acto perlocutório. A intenção característica de um acto comunicativo é a intenção de que o locutor seja compreendido como tendo expresso determinada proposição. É uma intenção para assegurar o “uptake” austiniano, uma intenção para assegurar a compreensão. O efeito relevante é um efeito ilocutório, e não, como Grice parece sugerir, um efeito perlocutório. Em muitos casos, pela enunciação de uma qualquer frase, o locutor não pretende induzir na audiência qualquer atitude proposicional, isto é, não pretende que o seu alocutor pense que *p*, acredite que *p*, deseje que *p* ou fique zangado por causa de *p*, por exemplo.

b) O conceito de significado do locutor enquanto apresentado por Grice em “Meaning”, não mostra a ligação entre alguém significar algo pelo que diz e o que é que significa na língua o que é dito. O significado é mais do que uma questão de intenção, é também uma questão de conven-

ção. Grice falha na explicação da extensão em que o significado é uma questão de regras e convenções. No caso das enunciações literais, o significado daquilo que queremos dizer é uma função daquilo que dizemos. No desempenho de um acto ilocutório, o locutor pretende produzir um certo efeito no alocutor através do reconhecimento por este da sua intenção de produzir esse efeito, reconhecimento este que é possível graças ao facto de as regras para usar determinada expressão associarem o desempenho desse acto ilocutório à produção desse efeito.

De forma sintética pode afirmar-se que, ao longo de todos os seus textos que se prendem de uma forma directa com a construção da sua Teoria dos Actos de Linguagem, John Searle defende uma visão do significado do locutor enquanto dependente de uma intenção comunicativa. Quando um locutor enuncia uma frase e significa literalmente o que diz, desempenha um acto ilocutório. O desempenho deste acto ilocutório, assumindo que todas as condições para o correcto desempenho deste acto são apropriadas, consiste na enunciação da frase com um dado conjunto de intenções, intenções estas dirigidas a um determinado alocutor: a intenção para produzir um determinado efeito ilocutório no alocutor; a intenção de que este efeito seja produzido pelo reconhecimento por parte do alocutor da intenção para produzir esse efeito; e a intenção de que esse reconhecimento seja conseguido através do conhecimento por parte do alocutor das regras que governam o uso desse *token* dessa frase. As intenções significantes são assim intenções para produzir compreensão no alocutor.

Searle virá contudo a distanciar-se radicalmente desta posição. Porquê exigir que alguém que diz alguma coisa, e significa o que diz, queira sempre produzir uma qualquer compreensão no alocutor? De acordo com o autor de *Intentionality* (cf. 1983, 160-179), o que nem Grice, nem ele próprio, viram era que se pode dizer alguma coisa e significar-se o que se disse independentemente de um qualquer interlocutor.

A proposta searliana é que o significado das enunciações é derivado da intencionalidade dos estados mentais. Os estados mentais têm condições de satisfação. A mente

impõe intencionalmente as mesmas condições de satisfação do estado mental na expressão física desse estado mental. No desempenho de um acto ilocutório existe um duplo nível de intencionalidade, por um lado o estado intencional que é expresso, por outro a intenção para desempenhar esse acto sendo que as condições de satisfação do estado mental expresso no desempenho do acto ilocutório, são idênticas às condições de satisfação do próprio acto desempenhado. «(...) Saying something and meaning it is a matter of intending that one's utterance represent a certain state of affairs, which state of affairs (assuming the utterance is literal) is determined by the rules governing the elements of the sentence one utters.» (Searle, 1986: 217) Se para além de querer simplesmente significar alguma coisa o locutor pretender também comunicar o que significa, então, aí sim, ele tem uma intenção comunicativa, intenção esta que não é mais do que a intenção que o seu interlocutor reconheça que ele pretende que a sua enunciação seja reconhecida como representando um determinado estado de coisas. (A explicação enquanto apresentada na sua formulação mais simples refere-se como é evidente ao caso dos actos ilocutórios assertivos.)

O objectivo parece ser a especificação de uma intenção significativa de forma independente de uma intenção para comunicar. (cf. Searle, 1983 e 1986) A intenção relevante para o significado é a intenção de representação. De alguma forma, parece possível afirmar-se que, de acordo com Searle, a sua grande vitória na nova formulação de uma elucidação da noção de significado se prende com, e ao contrário de Grice, se ter “livrado” do conceito de “comunicação”. Se bem que de uma forma talvez não totalmente explícita, parece-me que a interpretação que Searle faz da noção de significado griceano tende a ser uma tentativa de demonstração de que a teoria griceana não é uma teoria do significado, mas da comunicação. O seu objectivo é precisamente o de oferecer uma elucidação da noção de significado sem recurso a uma noção de comunicação. O significado do locutor é a intenção de que a enunciação, o acto ilocutório, *represente* o mundo, um determinado estado de coisas,

em algum modo ilocutório; a intenção comunicativa, que estas intenções significantes sejam reconhecidas pela audiência (cf. Searle, 1983, 1986, 1989). O conceito que emerge assim como central é o de representação. É a intenção de representação que determina a força e o conteúdo do acto. De um ponto de vista estritamente filosófico, possivelmente dever-me-ia centrar precisamente nessa sua noção de representação. De acordo com alguns autores, esta noção, enquanto apresentada por Searle, não parece ser ela própria suficientemente autónoma das noções que tenta explicar, nomeadamente as próprias noções de significado e de comunicação (cf. Bennett, 1986). Tal não é no entanto o objectivo deste pequeno esboço.

De uma forma algo intuitiva e independentemente de uma análise detalhada da obra dos “teóricos dos actos de linguagem”, parece estranho que recuemos face a uma proximidade entre os conceitos de significado e de comunicação. A própria teoria dos actos de linguagem, enquanto apresentada por Searle, parece necessitar dessa proximidade, ou melhor, toda a teoria parece depender dessa proximidade. Sempre que pensamos em qualquer aspecto da teoria, a definição dos diferentes tipos de actos ilocutórios, as regras constitutivas para o desempenho de um acto, as condições preparatórias, toda a questão em torno por exemplo dos actos ilocutórios indirectos, estamos sempre a pressupor um acto de comunicação. E a comunicação entendida como comunicação com sucesso é necessária para o desempenho com sucesso de um acto ilocutório. “(...) the successful performance of an illocutionary act requires successful communication” (Searle, 1986: 100). Isto é, a intenção comunicativa, embora não necessária para uma intenção significativa e dependente de alguma forma dessa intenção significativa, que é a intenção de representação, é uma condição necessária para o desempenho com sucesso de um acto ilocutório.

O cerne da questão é precisamente que, nos seus textos a partir de *Intentionality*, faz sentido desempenharmos actos ilocutórios sem sucesso. É um assumir que a Teoria dos Actos de Linguagem será sempre insuficiente para elucidar o que esteve na sua origem – os actos de linguagem enquanto unidades

mínimas da comunicação humana. Se quisermos continuar a pensar os fenómenos comunicacionais, mesmo que só os fenómenos comunicacionais estritamente linguísticos, a partir da obra searliana somos remetidos essencialmente para outros dois conceitos, o de intencionalidade colectiva e o de *background*. Talvez que Searle possa ter aí razão, e que o percurso a seguir para uma explicação da comunicação humana nos conduza a um trabalho sobre o *background*. Acredito contudo que, e ao contrário de Searle, uma incursão nos meandros do *background* nos aproximará novamente de uma impossibilidade de pensar o significado linguístico de forma independente do conceito de intenção comunicativa.

4. Background

Segundo Searle, parecem existir todo um conjunto de intuições que nos levam a pensar, se o conhecimento do significado dos elementos que compõem uma frase, significados estes resultantes de convenções linguísticas, bem como das regras que regem a sua organização sintáctica, é suficiente para a compreensão do significado dessa frase. A ideia é a de que existem frases de uma dada língua que, embora correctas de um ponto de vista sintáctico, e compostas por elementos cujos significados compreendemos, nos parecem incompreensíveis. De modo idêntico, parecem existir inúmeras frases que, e graças exclusivamente ao seu conteúdo semântico, poderiam ser interpretadas de formas inteiramente diferentes.

O que é que torna todo um conjunto de possibilidades semânticas como que inertes? O que é que nos torna disponíveis a só aceitar como possíveis determinado conjunto de hipotéticas interpretações, excluindo como que à partida, todo um conjunto de possibilidades que se poderiam considerar como viáveis do ponto de vista do seu conteúdo semântico?

De acordo com Searle o significado literal de uma qualquer frase não pode ser construído independentemente de um qualquer contexto. O significado literal de uma frase não é o significado que a frase tem num contexto nulo (*null context*). O significado literal da frase é sempre relativo a um

conjunto de assunções contextuais. O significado literal de uma frase só tem “aplicação” em relação a um conjunto de assunções de *background*. As condições de verdade de uma frase variam concomitantemente com variações nas assunções de *background*. Acrescente-se ainda que estas assunções de *background* não são, pelo menos não na sua totalidade, realizáveis na estrutura semântica das frases.

De forma sintética pode afirmar-se que a tese defendida por Searle pretende ser uma refutação da seguinte tese: uma frase não ambígua, i.e., que só tem um significado literal, tem um significado literal que é independente de qualquer contexto. Este significado, determina para todo e qualquer contexto, a verdade ou falsidade de uma qualquer enunciação dessa frase. Ora a ideia subjacente à posição filosófica searliana é a de que não é possível traçar uma fronteira nítida entre a competência linguística de um falante e o seu conhecimento de como o mundo funciona.

Como explicar casos em que uma palavra tendo uma ocorrência literal, não contribui, no entanto, de forma idêntica para as condições de verdade de diferentes frases? O que está em questão na enunciação literal e na compreensão das frases, parece exceder o que se refere estritamente ao conteúdo semântico.

O cerne do argumento parece ser que se “aprende” que significados comuns determinam em muitos casos diferentes condições de verdade, determinação esta que parece inexoravelmente dependente de todo um conjunto de informações, no sentido de um “saber” como o mundo funciona. Este “saber como” não é um “saber que”. Este “saber como” não é, se se quiser, um saber acerca de um qualquer contexto, não é um saber que algo se passa, ou que algo acontece. Independentemente da estranheza que uma tal afirmação possa suscitar, parece possível pensar-se este “saber como”, quase como um saber, que, no nosso quotidiano, não sabemos saber. A ideia é a de que o nosso comportamento manifesta a pressuposição de “crenças” sobre as quais nunca reflectimos, e mesmo de todo um conjunto de “informações” a que muito dificilmente faria sentido chamarmos informações.

Em “Literal Meaning” (1978), Searle, opondo-se a uma visão que aceitaria o conceito de significado literal como se referindo ao significado de uma frase num contexto nulo, afirma que, no que se refere a uma competência semântica, a compreensão do significado de um grande número de frases só parece possível se as posicionarmos em relação a um conjunto de assunções de background sobre em que putativos contextos a sua enunciação seria apropriada. No que a uma teoria dos actos de linguagem se refere Searle foi claro: o que se aplica ao significado frásico aplica-se ao significado do locutor, e de uma forma geral, a todas as formas de intencionalidade. A pertinência da “hipótese de background” para a obra searliana não se esgota assim na sua aplicabilidade a uma teoria dos actos de linguagem ou mesmo a uma teoria do significado do locutor. A sua tese do background emerge como uma reivindicação sobre os fenómenos intencionais em geral:

«Fenómenos intencionais tais como significados, compreensões, interpretações, crenças, desejos, e experiências, só funcionam dentro de um conjunto de capacidades de background que não são elas próprias intencionais. Uma outra forma de enunciar esta tese é dizer que toda a representação, quer na linguagem, pensamento, ou experiência só é bem sucedida em representar dado um conjunto de capacidades não representacionais. No meu jargão técnico, os fenómenos intencionais só determinam as suas condições de satisfação em relação a um conjunto de capacidades que não são elas próprias intencionais.» (Searle, 1992c: 175)

“Descoberta” é precisamente o termo usado por este filósofo para se distanciar de uma ideia que tenderia a entender a defesa do background enquanto uma necessidade da sua teoria para explicar a possibilidade dos diferentes tipos de fenómenos mentais (cf. Stroud, 1991: 251). Searle considera que a existência do background é uma questão de facto:

«(...) Argumento que se levar até ao fim os fios no Network de estados intencionais descobrirá que todo o sistema da Intencionalidade só funciona em relação a um conjunto de capacidades, habilidades, etc..., que não são elas próprias intencionais.» (Searle, 1991: 290)

De forma sintética pode dizer-se que Searle estendeu a sua ideia da existência de um hiato entre o significado literal e as condições de satisfação, hiato este de alguma forma só preenchido pela existência de um background, aos estados mentais intencionais. As condições de satisfação dos estados intencionais, também estas, só são passíveis de serem determinadas graças à existência de um background.

5. Background, intenção comunicativa e comunicação

Parece-me que o autor de “Conversation” (1992) concordará connosco se de uma forma incipiente definirmos comunicação, na acepção clara de comunicação efectiva, como todas aquelas conversas em que se partilham ideias, pensamentos, informações, em que compreendemos o outro e somos pelo outro compreendidos. Searle oferece-nos precisamente uma formulação de comunicação, comunicação efectiva, muito semelhante à por nós enunciada pela exclusão do que é por si considerado como conversas frustrantes e insatisfatórias, das conversas em que o resultado não é mais, e a designação é sua (cf., 1992a:29), do que uma incompreensão mútua. Parece contudo mais ou menos consensual que a comunicação humana é por excelência comunicação linguística. Mas mesmo que tal não fosse o caso, para Searle é-o com certeza, e de uma forma profundamente mais clara do que para Grice, por exemplo. Estranhamente contudo a sua argumentação conduziu-o a uma cristalização de toda a teoria dos actos de linguagem no papel do locutor.

Recordemo-nos de que para Searle a intencionalidade não é um fenómeno uniforme. A intencionalidade da linguagem não é a mesma que a intencionalidade dos estados mentais. A intencionalidade da linguagem é

intencionalidade derivada, derivada precisamente da intencionalidade intrínseca dos estados mentais. Para Searle, quando pretendo desempenhar um acto ilocutório assertivo, isto é, quando significo o que digo, as condições de satisfação da minha enunciação são: que a minha intenção seja a causa da produção desses sons, e que esses sons tenham condições de satisfação com o sentido de adequação palavras-mundo.

Desta forma sintética resume-se o que Searle considera como a intenção de representação, isto é, a intenção significante. Dizer

alguma coisa e significá-lo é uma questão de pretender que a nossa enunciação represente um determinado estado de coisas. Será que isto nos basta para o significado linguístico? Acredito que a intenção de representação possa ser independente de uma intenção para comunicar. Não acredito contudo que uma noção de significado linguístico possa ser independente de uma intenção comunicativa. Direi que o que se aplica de uma forma geral à intencionalidade não é suficiente para explicar o significado linguístico.

Bibliografia

Alston, W. 1991: "Searle on Illocutionary Acts", em E. Lepore e R. Van Gulick (eds.), 1991, 57-80.

Alston, W. 1994: "Illocutionary acts and linguistic meaning", em Savas L. Tsohatzidis (ed.), *"Foundations of Speech Act Theory" – Philosophical and linguistic perspectives*, Routledge, London and New York, 1994, 29-49.

Bennett, J. 1991: "How Do Gestures Succeed?", em E. Lepore e R. Van Gulick (eds.), 1991, 3-15.

Grice, H. P. 1989: *Studies in the Way of Words*, Harvard University Press, Cambridge (Mass.) / Oxford.

Lepore, E., Van Gulick, R. (eds.) 1991: *John Searle and His Critics*, Basil Blackwell, Cambridge (Mass.) / Oxford.

Parrett, H., e Verschuereen, J. 1992: "(On) Searle on conversation: An Introduction", em J. R. Searle et al., *(On) Searle on Conversation*, John Benjamins Publishing Company, Amsterdam / Philadelphia, 1992, 1-5.

Searle, J. R. 1965: "What is a speech act?", *Philosophy in America*, Max Black (ed.), Cornell University Press, Ithaca, 1965; Allen and Unwin, London 1965, reimpresso em Steven Davis (ed.) *Pragmatics*, 1991, pp. 254-264.

Searle, J. R. 1969: *Speech Acts, An Essay in the Philosophy of Language*, Cambridge University Press, Cambridge.

Searle, J. R. 1978: "Literal Meaning", *Erkenntnis*, vol. 13, 1978, reimpresso em Searle 1979.

Searle, J. R. 1979: *Expression and Meaning: Studies in the Theory of Speech Acts*, Cambridge, Cambridge University Press, 1979.

Searle, J. R., Kiefer, F., Bierwisch, D. (eds.) 1980: *Speech Act Theory and Pragmatics*, D. Reidel Publishing Company, Dordrecht.

Searle, J. R. 1983: *Intentionality, An Essay in the Philosophy of Mind*, Cambridge University Press, Cambridge.

Searle, J. R. 1986: "Meaning, Communication and Representation", in R. Grandy e R. Warner (eds.), *Philosophical Grounds of Rationality*, Oxford University Press, Oxford, 1986, 209-226.

Searle, J. R. 1989: "Individual Intentionality and Social Phenomena in the Theory of Speech Acts", em G. Deledalle (ed.), *Semiotics and Pragmatics*, John Benjamins, Amsterdam / Philadelphia, 1989, 3-17.

Searle, J. R. 1990: "Epilogue to the Taxonomy of Illocutionary Acts", em D. Carbaugh (ed.), *Cultural Communication and Intercultural Contact*, Lawrence Elbaum Associates, New Jersey, 1990, 409-417.

Searle, J. R. 1991: "Response – The Background of Intentionality and Action" em *John Searle and his Critics*, Ernest Lepore and Robert Van Gulick (eds.), Blackwell, Oxford; Cambridge, Mass., 1991, pp. 289-300.

Searle, J. R. 1992a: "Conversation", em J. R. Searle et al., *(On) Searle on Conversation*, John Benjamins Publishing Company, Amsterdam / Philadelphia, 1992, 7-29.

Searle, J. R. 1992b: "Conversation Reconsidered", em J. R. Searle et al., *(On) Searle on Conversation*, John Benjamins Publishing Company, Amsterdam / Philadelphia, 1992, 137-147.

Searle, J. R. 1992c: *The Rediscovery of the Mind*, Cambridge, Mass.: London, England: MIT Press, A Bradford Book, 1992.

Sosa, D. 1999: "Checking Searle's Background" em *Teorema* vol. XVIII/I, 1999, 109-123.

Stroud, B. 1991: "The Background of Thought", em E. Lepore e R. Van Gulick (eds.), 1991, 245-258.

Tsohatzidis, S. L. 1994: "Ways of doing things with words", em S. L. Tsohatzidis (ed.), *Foundations of Speech Act Theory – Philosophical and linguistic perspectives*, Routledge, London and New York, 1994, 1-25.

¹ Instituto de Filosofia da Linguagem, UNL e Escola Superior de Comunicação Social, IPL.